



## POLÍTICA DE PRIVACIDADE – CANAL DE DENÚNCIAS

Quadrinova-Metal Solutions, Lda

Rua das Mimosas, n.º 392, 4510-329 São Pedro da Cova



## ÍNDICE

1. Entidade responsável pelo tratamento .....	3
2. Responsável Interno pelo Tratamento de Dados .....	3
3. Categorias de titulares de dados e de dados pessoais tratados .....	3
4. Destinatários.....	3
5. Tratamento e Proteção de Dados Pessoais .....	3
6. Prazo de conservação .....	4
7. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais .....	4
8. Segurança e Confidencialidade.....	4
9. Local de recolha de dados .....	4
10. Transferências internacionais de dados pessoais .....	5
11. Direitos do titular dos dados .....	5
12. Direito de reclamação à autoridade de controlo.....	5
13. Alterações à política de privacidade .....	5
14. Lei e Foro Aplicáveis .....	5



## 1. Entidade responsável pelo tratamento

A Quadrinova-Metal Solutions, Lda., adiante designada por QUADRINOVA (assume a qualidade de responsável pelo tratamento dos dados pessoais (informações relativas ao “Titular dos Dados”).

Esta Política de Privacidade descreve como os dados pessoais do Canal de Denúncias da QUADRINOVA serão tratados e protegidos em conformidade com a Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, e o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

## 2. Responsável Interno pelo Tratamento de Dados

A QUADRINOVA designou um Responsável Interno pelo Tratamento de Dados e de tratamento de denúncias, estando o Responsável Interno pelo Tratamento de Dados disponível através do endereço eletrónico [vanianeves@quadrinova.pt](mailto:vanianeves@quadrinova.pt) para todas as questões relacionadas com o tratamento dos dados pessoais tratados ao abrigo desta Política de Privacidade, assegurando o cumprimento com as disposições do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e demais legislação aplicável.

## 3. Categorias de titulares de dados e de dados pessoais tratados

Os titulares dos dados serão neste âmbito os Denunciantes e, em geral, todas e quaisquer pessoas que utilizem o canal de denúncias ou que, por qualquer forma, estejam envolvidas no sistema de proteção de denunciantes, incluindo, as pessoas visadas.

Os dados pessoais tratados pelo Responsável Interno pelo Tratamento de Dados no âmbito das denúncias apresentadas, respeitam as seguintes categorias:

- a) Dados de identificação;
- b) Dados de contacto;
- c) Dados relacionados com o denunciado;
- d) Dados relacionados com a denúncia.

## 4. Destinatários

O responsável pelo tratamento pode tratar os dados diretamente (através de profissionais sujeitos à obrigação de sigilo profissional) ou recorrer a subcontratantes credenciado para a prestação de serviços por si selecionados e vinculados a estritas medidas técnicas e organizativas ajustadas à proteção dos dados pessoais.

## 5. Tratamento e Proteção de Dados Pessoais

O tratamento de dados pessoais no âmbito da Gestão do Canal de Denúncia Interna cumpre o disposto na Lei n.º 93/2021 e no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), assegurando:

- a) A eliminação imediata de dados pessoais manifestamente irrelevantes para o tratamento da denúncia, conforme estipulado no artigo 19.º, n.º 2 da Lei n.º 93/2021;
- b) O direito do denunciante de aceder aos seus dados pessoais e de solicitar a retificação de informações inexatas, bem como a possibilidade de aprovar as atas ou transcrições de comunicações verbais ou reuniões presenciais, nos termos do artigo 20.º, n.º 6 da mesma lei;



- c) A garantia de confidencialidade da identidade do denunciante e de quaisquer terceiros mencionados na denúncia, sendo a divulgação desses dados permitida apenas por força de obrigação legal ou decisão judicial, nos termos do artigo 18.º;
- d) A implementação de medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger os dados pessoais contra o acesso não autorizado, alteração, divulgação ou destruição, em conformidade com as melhores práticas de segurança da informação.

## 6. Prazo de conservação

Sem prejuízo das situações excecionais de prorrogação do prazo de conservação previstas na lei ou consideradas necessárias para a defesa de direitos ou interesses legítimos, bem como das situações de retirada do consentimento, apagamento, oposição ou limitação do tratamento — que produzem efeitos imediatos sem afetar, contudo, a legalidade das operações entretanto realizadas — o prazo de conservação dos dados pessoais tratados no âmbito da Gestão do Canal de Denúncia Interna será o estabelecido no artigo 20.º, n.º 1 da Lei n.º 93/2021, que fixa um prazo de cinco (5) anos a contar da data de receção da denúncia.

Este prazo poderá ser prorrogado até sete (7) anos em situações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

Independentemente dos prazos mencionados, os dados serão conservados enquanto se mantiverem pendentes processos judiciais ou administrativos relacionados com a denúncia, nos termos do artigo 20.º da referida lei.

Este prazo poderá ser prorrogado até sete (7) anos nos casos relacionados com branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, em conformidade com as disposições legais aplicáveis.

## 7. Finalidade do Tratamento dos Dados Pessoais

A QUADRINOVA apenas recolhe os dados pessoais para finalidades específicas do tratamento desses dados, as quais são legítimas e determinadas de modo explícito aquando da recolha, ou nos termos da legislação aplicável. Os dados pessoais recolhidos são adequados, pertinentes e limitados ao necessário para os efeitos para os quais são tratados.

## 8. Segurança e Confidencialidade

Estão implementadas medidas rigorosas de segurança de carácter técnico e organizativo adequadas para assegurar o tratamento dos dados pessoais recolhidos, assim como a sua confidencialidade, integridade e veracidade.

A identidade dos denunciantes, denunciados e de terceiros mencionados na comunicação da irregularidade permanece confidencial em todos os momentos, sendo acessível apenas às pessoas estritamente necessárias para o tratamento do processo. A obrigação de confidencialidade estende-se a qualquer pessoa que, no âmbito das suas funções, tenha acesso a informações sobre denúncias, mesmo que não seja responsável pelo seu tratamento.

## 9. Local de recolha de dados

Os dados são recolhidos por técnicos designados pelo responsável pelo tratamento, através de formulários em papel ou digitais, estando garantida a privacidade ou confidencialidade da sua recolha e a respetiva integridade, qualidade e exatidão dos dados.



## 10. Transferências internacionais de dados pessoais

Não são realizadas transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais fora da União Europeia

## 11. Direitos do titular dos dados

Nos termos da legislação aplicável, o titular dos dados pode exercer os seguintes direitos:

- a) Aceder – Solicitar informação sobre os seus dados tratados;
- b) Retificar – Corrigir dados inexatos ou incompletos;
- c) Apagar – Requerer a eliminação dos seus dados em situações previstas na lei;
- d) Limitar – Solicitar a restrição do tratamento dos seus dados;
- e) Portabilidade – Requerer a transferência dos seus dados para outro responsável pelo tratamento;
- f) Oposição – Contestar o tratamento dos seus dados em certas situações.

## 12. Direito de reclamação à autoridade de controlo

O titular dos dados pode sempre exercer, caso assim o considere necessário, o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados - Endereço: Av. D. Carlos I, 134 - 1.º, 1200-651 Lisboa - Telefone: (+351) 213 928 400 - Fax: (+351) 213 976 832 - Endereço eletrónico: geral@cnpd.pt – endereço do website: www.cnpd.pt.

## 13. Alterações à política de privacidade

Esta Política de Privacidade poderá ser objeto de atualizações, pelo que se aconselha uma consulta regular. Considera-se que as alterações entram em vigor a partir da data de publicação, fazendo-se referência expressa à data de atualização.

## 14. Lei e Foro Aplicáveis

Esta Política de Privacidade é regulada pelo RGPD e pela Lei n.º 93/2021, sendo qualquer litígio submetido aos Tribunais Judiciais da Comarca do Porto.

**Aprovado pela Gerência,**

Revisto em 14.02.2025